

eISSN: 2387-1555

DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/rea20186103116>

O FAZER ANTROPOLÓGICO NA CONTEMPORANEIDADE  
E A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: UM ESTUDO SOBRE  
O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
DE IBEROAMÉRICA DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

*El hacer antropológico en la contemporaneidad y la educación intercultural:  
un estudio sobre el programa de posgraduación en Antropología de  
Iberoamérica de la Universidad de Salamanca*

*The Anthropological Making in Contemporaneity and Intercultural  
Education: A Study on the Post-Graduation Program in Anthropology  
of Ibero-America of the University of Salamanca*

Ana Laura GORTARI DO COUTO (<https://orcid.org/0000-0001-7446-7744>)

*Doctoranda en la Universidad de Salamanca - USAL*

✉ [analauragortari@usal.es](mailto:analauragortari@usal.es)

Rosana Eduardo da SILVA LEAL (<https://orcid.org/0000-0002-0318-1594>)

*Doutora da Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

✉ [rosanaeduardo@yahoo.com.br](mailto:rosanaeduardo@yahoo.com.br)

Racquel VALERIO MARTINS (<https://orcid.org/0000-0001-6865-7592>)

*Doctora por la Universidad de Salamanca – USAL*

✉ [racquelvm@gmail.com](mailto:racquelvm@gmail.com)

Fecha de recepción: 30 de mayo de 2018

Fecha de aceptación: 12 de julio de 2018

**RESUMO:** O presente artigo busca refletir sobre o papel contemporâneo da Antropologia, considerando a importância da educação intercultural na formação antropológica strictu sensu. Neste âmbito, teremos como campo de análise empírica o Programa de Pós-Graduação em Antropologia de Ibero-América, da Universidade de Salamanca. Para tanto, abordaremos primeiramente o contexto da Antropologia nos dias atuais, depois trataremos da educação intercultural e posteriormente apresentaremos a trajetória do Mestrado em Antropologia de Ibero-América/USAL.

*Palavras-chave:* antropologia; contemporaneidade; educação intercultural, formação antropológica

**RESUMEN:** El presente artículo busca reflexionar acerca del papel contemporáneo de la Antropología, considerando la importancia de la Educación Intercultural en la formación antropológica strictu sensu. Dentro de este ámbito destacaremos como campo de análisis empírico el programa de posgrado en Antropología de Iberoamérica de la Universidad de Salamanca. Por tanto, abordaremos, en primer lugar el contexto de la Antropología en la actualidad, para, a continuación abordar la educación intercultural. Finalmente presentaremos la trayectoria del Máster en Antropología de Iberoamérica/USAL.

*Palabras clave:* antropología; contemporaneidad; educación intercultural; formación antropológica

**ABSTRACT:** The present article seeks to reflect on the contemporary role of Anthropology, considering the importance of intercultural education in the anthropological formation strictu sensu. In this context, we will have as empirical field of study the Post-Graduate Program in Anthropology of Ibero-America, University of Salamanca. To do so, we will first address the context of Anthropology in the present day, then we will deal with intercultural education and later we will present the trajectory of the Master in Anthropology of Ibero-America/USAL.

*Keywords:* anthropology; contemporaneity; intercultural education, anthropological training

## 1. A ANTROPOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE

«Era de confusão» é o termo utilizado por Maybury-Lewis (2002) para designar o ambiente confuso e contraditório que emerge na contemporaneidade – momento sentido desde o início do século XX, quando o mundo começou a vivenciar processos de reorganização das fronteiras, formações supranacionais, bem como novas formas de organização e diálogo entre a sociedade civil, o Estado e o capital.

O mundo contemporâneo tem sido marcado por um amplo, profundo e complexo conjunto de interações transnacionais, que disseminou em escala mundial o deslocamento de sistemas de produção, pessoas, finanças, informações e produtos. Essa «era de confusão» é na verdade «[...] um arranjo cultural verdadeiramente exótico, tão bizarro quanto qualquer outro, marcado pela subsunção da racionalidade material numa vasta ordem de relações simbólicas» (SAHLINS, 2004: 517).

Bhabha (1998) defende que para estudar a contemporaneidade faz-se necessário dissolver e transgredir as velhas dicotomias, polaridades (como dentro/fora, branco/negro) e categorias conceituais (como classe, gênero). Para ele, o que é teoricamente inovador e politicamente crucial é focalizar os lugares fronteiriços, as condições liminares, que chamou de entre-lugares.

O entre-lugar é o espaço excedente da soma das partes. É o espaço que se situa no meio, sendo o tecido de ligação. Esse terreno é o lugar da construção e elaboração de estratégias de subjetividades singulares e coletivas que dão início a novos signos de identidade, posições inovadoras de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. É a emergência dos interstícios, do periférico, das margens, do minoritário. Para o referido autor, os embates que ocorrem nas fronteiras podem ser tanto consensuais quanto conflituosos; confundindo e realinhando definições de tradição/modernidade, de público/privado e de desenvolvimento e progresso. Esse fluxo e essa redefinição de posições fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta. Esses embates são produzidos performaticamente.

Bhabha (1998) utiliza-se do termo «além» para explicar o sentido do entre-lugar e da fronteira. O «além» não corresponde nem a um novo horizonte futuro nem a um abandono do passado. Trata-se de um momento de trânsito em que o espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Estar no além é

habitar um espaço intermédio. Mas residir no além é ainda ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente; tocar no futuro em seu lado de cá.

Ao analisar o contexto atual, Maybury-Lewis (2002) defende a importância da Antropologia para compreender o presente, quando esclarece que os antropólogos estão qualificados para ampliar suas técnicas de pesquisa e continuar pensando o particular e iluminando o contexto mais amplo. Para ele, a disciplina deve trazer à tona uma análise cada vez mais relacional, ao considerar categorias esmaecidas e desordenadas, sem deixar de primar pelo relativismo de culturas e civilizações, através do esforço cada vez maior em identificar e compreender as categorias utilizadas pelos indivíduos para dar sentido a tal realidade vivida.

De acordo com Copans et al. (1974), cada disciplina científica tem a respectiva consciência de si, sendo historicamente determinada. Esta não é visualizada pelas suas elaborações teóricas ou pressupostos ideológicos, mas pela «[...] relação que a teoria mantém com as práticas que a fundamentam» (COPANS et al., 1974: 44). Assim, quando analisa a posição da Antropologia, os autores verificam que sua tendência atual é a de justamente constituir uma consciência de si, de maneira explícita e crítica, algo que, segundo ele, está apenas começando. Copans et al. (1974) acreditam que se trata de uma utopia tentar valorizar, nos dias de hoje, a “autenticidade” da pureza dos povos tradicionais em detrimento da «inautenticidade» das civilizações brancas. Para ele, o contexto atual provoca problemas teóricos e práticos que exigirá novas abordagens investigativas. E isso certamente demandará tempo, já que tal projeto ainda precisará ser delineado.

Conforme salienta Dummont (2000), o antropólogo trabalha com a modernidade e tradição, o universalismo e o particularismo ao mesmo tempo, encontrando espaço no mundo de ontem, de hoje e de amanhã. Neste âmbito, o olhar antropológico passa a considerar não só as culturas fixas territorialmente, mas também os fluxos culturais globais e seus agentes sociais. Assim, o campo antropológico deve ter em conta as contradições das múltiplas mudanças contemporâneas que são instauradas, considerando-o como um fato plural que expressa relações de força e de poder. Por isso, «qualquer conceito mais abrangente deve ser de tipo processual e não substantivo» (SANTOS, 2002: 56).

O desafio da disciplina está em relativizar o novo ambiente sociocultural, econômico e político que se apresenta e inserir-se nos debates intelectuais contemporâneos, mantendo a postura de distanciamento de concepções totalizadoras e conceitos reificados. Nas palavras de Geertz (2001: 196), «o que precisamos, ao que parece, não é de ideias grandiosas nem do abandono completo das ideias sintetizadoras. Precisamos é de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades», utilizando-se de perspectivas teóricas e políticas atuais, que considerem as micro histórias e que possibilitem compreender a complexidade dos momentos contemporâneos.

Fazer isso – ligar paisagens locais, cheias de detalhes e acidentes, com as topografias complexas em que elas se inserem – requer uma alteração não só da maneira como concebemos a identidade, mas da maneira como escrevemos sobre ela, do vocabulário que usamos para torná-la visível e medir sua força (GEERTZ, 2001: 199).

É bem verdade que a Antropologia recebeu muitas críticas, sobretudo pelos estudos culturais e o pós-colonialismo, pela postura e aproximação de muitos antropólogos diante dos poderes coloniais. Tais críticas serviram para a disciplina fazer uma autoanálise das circunstâncias do desenvolvimento do trabalho de campo, considerando também a compreensão de como o relacionamento do antropólogo com os povos investigados e com o Estado poderiam influenciar e distorcer os dados coletados. O que se percebeu é que processo de descolonização teve considerável impacto tanto sobre a teoria

quanto sobre a prática antropológica, sobretudo após a década de 1960, quando o nativo deixou de ser objeto antropológico e passou a ser sujeito da ação e senhor de várias subjetividades.

Além disso, os fluxos migratórios criaram novas segmentações étnicas que redefiniram a compreensão de categorias como fronteiras, tradição, cultura, nativo e não-nativo, e alteraram também a distância dos sujeitos etnográficos. O que levou a disciplina a ver com desconfiança as totalidades fechadas e os conceitos reificados, já que estes não estavam mais dando conta do ambiente empírico atual.

O conceito de cultura também passou a ser atacado pelos estudos culturais e o pós-colonialismo, por não considerar a agência individual e as histórias subalternas, bem como por conceber a cultura como algo engessado, sem considerá-la como processo. Para Maybury-Lewis (2002), tais críticas deram aos antropólogos uma auto-consciência que melhorou o fazer antropológico, mas que não produziu um abandono completo do termo.

A cultura continua sendo importante para a Antropologia, na medida em que se trata de um elemento importante na vida das pessoas, havendo, portanto, a necessidade de entender como ela é percebida e acionada pelos indivíduos. Ainda segundo Maybury-Lewis (2002), a sobrevivência cultural não pode ser compreendida como preservação da cultura e sim como um processo. Os portadores é que controlam as mudanças existentes internamente, conforme seus próprios parâmetros, autonomia e capacidade.

Na opinião de Clifford (2001) o momento atual expõe um sentimento de perda da autenticidade, já que «os produtos puros enlouqueceram». Para ele, o etnógrafo moderno precisa buscar o universal no local, considerando que a contemporaneidade representa uma desordem complexa e ambivalente, em que as pessoas e as coisas estão fora do lugar, o que tem tornado cada vez mais difícil encontrá-los e mantê-los em seus territórios tradicionais.

É o que Sahlins (1997) chama de «Cultura Translocal» e Hall (2006) chama de «Cultura Diaspórica», consideradas como sociedades com culturas transculturais dispersas, mas centradas na terra natal e unidas por uma contínua circulação de pessoas, ideias, objetos e dinheiro. O caminho da diáspora não é concebido pelo apego a modelos fechados e homogêneos, abarcando a relação entre semelhança e diferença. Todos os fluxos migratórios, forçados e livres, estão pluralizando e construindo identidades culturais híbridas e múltiplas, desestabilizando os antigos Estados-nação.

Moore (1996), em seu artigo «The changing nature of anthropological knowledge», observa que a contemporaneidade tem proporcionado uma espécie de reformulação do objeto antropológico, na medida em que força o reconhecimento de outros locais como produtores do conhecimento, citando a necessidade de ter em conta o papel das fronteiras e margens como espaços de transações, transformações e reformulações desse conhecimento. Para a autora, a relação entre centros, fronteiras e margens não mais se apresenta em locais fixos e distantes, na medida em que a economia de troca entre centro e periferia foi eclipsada. Há na verdade uma variedade de locais e espaços produtivos e em constante comunicação entre si.

A Antropologia tem convivido também com a emergência de políticas de posicionamento e localização, reivindicadas e conduzidas por indivíduos, grupos e comunidades locais. Os nativos passaram a ser produtores do conhecimento antropológico, questionando a autoridade da interpretação antropológica, na medida em que a escrita se apresenta como forma de domínio da produção de conhecimento (Moore, 1996). Essa mudança de posição do nativo possibilitou o desenvolvimento de teorias antropológicas feitas nas margens dos centros tradicionais de produção da disciplina, passando a ser produzidas em lugares que, até pouco tempo, eram objetos de estudos antropológicos clássicos. Mas o que Moore (1996) chama a atenção é a dificuldade que existe na circulação destas ideias quando saem

do ambiente em que foram geradas. Segundo a autora, ainda é reduzido o intercâmbio e a produção de estudos comparativos que partam dessas margens em direção aos tradicionais centros de difusão da Antropologia.

A defesa pela descentralização do pensamento antropológico é algo presente no debate atual, sendo evidenciados tanto por Godelier (1993) quanto por Ribeiro (2007). O primeiro acredita que a Antropologia não pode ser orientada por algumas poucas doutrinas ou pensamentos. E o segundo esclarece que as antropologias hegemônicas (americana, britânica e francesa) não são suficientes para entender a história do conhecimento antropológico em escala global. Para os autores anteriormente citados, as antropologias não-hegemônicas aparecem como uma nova força no interior da disciplina, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento do pensamento do contexto mundial. Elas podem ser encontradas em lugares que, até pouco tempo, eram objetos de estudos antropológicos clássicos.

Ribeiro (2007: 153) defende que haja o reconhecimento da diversidade de discursos antropológicos que tem sido produzido em diferentes locais do sistema mundial. O mesmo faz críticas sobre o desequilíbrio da troca de informações e teorias da disciplina que dificulta o desenvolvimento de uma comunidade antropológica transnacional. «O presente é mais um momento de reinvenção da antropologia», sendo a principal mudança não mais a posição de sujeito das populações nativas, mas as mudanças nas «relações entre antropólogos localizados em diferentes locais do sistema mundial».

A mudança de postura do objeto antropológico, ao que se parece, tem contribuído para uma autorreflexão da disciplina, visto que muitos dos interlocutores presentes na etnografia clássica substituíram suas práticas tradicionais, após os contatos com outros territórios e outras identidades. Um exemplo disto são os fluxos migratórios, que criaram novas segmentações étnicas, identitárias e de pertencimento, redefinindo categorias como fronteiras, tradição, cultura, nativo e não-nativo, e alteraram também a distância dos sujeitos etnográficos.

Por isso, a antropologia, a partir do relativismo e em virtude de um processo dialético, tem conduzido gradualmente uma avaliação mais equilibrada e distanciada das características específicas de cada sociedade, inclusive da sociedade ocidental ao qual faz parte. São os antropólogos, mas que qualquer outra categoria de cientistas sociais, que tem constantemente reafirmado a necessidade de entender as culturas humanas como formas de vida. Isso porque, os vários tipos de atividades ligadas ao comportamento humano são interdependentes e estão interligados (LEACH, 1985).

## 2. COMO PENSAR A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NOS DIAS ATUAIS?

Valério (2017) afirma que vivemos nas sociedades modernas em que se tem o «choque de civilizações», com numerosas lutas pela integração e igualdade, bem como polêmicas sobre a aceitação das minorias étnicas, raciais e religiosas por exemplo. Tais debates, ao mesmo tempo que dão lugar muitas vezes a agressões, proporcionam o aparecimento das forças da compreensão e do respeito.

Vivemos em um mundo onde a diversidade cultural é predominante. Na Espanha, por exemplo, temos uma sociedade bastante diversa e de fato multicultural, de acordo com a afirmação de Muñoz Sedano (1997: 33):

Vivimos en una sociedad multicultural. España es un conjunto de pueblos de diversas culturas y lenguas tradicionales. A nuestro mosaico pluricultural se siguen incorporando miles de personas con nuevas lenguas y culturas. Estamos además emprendiendo la hermosa y difícil construcción de una Europa unida, compuesta también por numerosos pueblos.

Assim, podemos dizer que nosso estudo parte de uma sociedade multicultural, levando-se em consideração que é uma representação da convivência de pessoas com diversas culturas. A título de exemplo, no curso de pós-graduação de Antropologia de Ibero-América da Universidade de Salamanca, apenas no ano letivo 2017-2018, quase a totalidade dos alunos originava de outros países (como Brasil, Portugal e China), o que resultava em uma interação de quatro idiomas distintos, considerando o português de Portugal, diferente do português do Brasil. Isso significa, na sala de aula, pensar em mais de quatro culturas diversas. Somado a isto, temos os milhares de imigrantes passantes e residentes em Salamanca. Nesse contexto, o entendimento das culturas a que nos referimos no item anterior e a interação entre elas se apresenta como um dos desafios atuais da Educação.

No século atual, a educação tem a missão de contribuir para que as pessoas trabalhem em si as habilidades necessárias para desenvolver-se como cidadãos, sendo capazes de viver num ambiente de interação de culturas, com participação ativa e consciência de que são interdependentes. As referidas capacidades têm relação com adquirir conhecimentos e atitudes para lidar com a diversidade cultural. A Declaração de Direitos Humanos evidencia que a educação terá como objetivo principal a afirmação de cada pessoa e sua cultura, de sua dignidade e de seu valor, além de que favorecerá as recíprocas influências que exercem umas sobre outras.

A abordagem multicultural crítica e intercultural, nos leva a uma amplitude de temas para o campo educacional, o qual ainda visa conseguir lidar com a pluralidade de culturas, sendo importante para isso não só o reconhecimento, mas a necessidade de abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças (MOREIRA, 2001; CANDAU, 2008; VALÉRIO, 2017). Assim, Candau (2008: 52) defende:

Uma educação para negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Enfim, entendemos que o ambiente educativo deve ser o lugar de desenvolvimento das potencialidades, que provoque o despertar de interesses e permita o contato com assuntos e culturas variados. Mesmo sendo muito criticado como é o multiculturalismo crítico e intercultural, especialmente por possuir um discurso sedutor, não podemos deixar de esclarecer que a perspectiva intercultural em educação não pode ser dissociada da problemática social e política dos povos, quando as constituições têm abordado uma visão pluralista. Além do mais, a educação está elencada como um direito fundamental, o que significa que por um lado é uma prerrogativa própria da qualidade humana, em razão da exigência de dignidade, e por outro é reconhecido e consagrado por instrumentos internacionais que o garantem (VALÉRIO, 2017).

Entendemos a interculturalidade, em conformidade com Espina Barrio (2006: 14), como «(...) un espacio compartido de diálogo y de comunicación que no entrañe la supremacia de unas culturas sobre otras o una concurrencia de muchas culturas viviendo próximas pero aisladas de guetos subculturales». Portanto, o modelo de educação intercultural que defendemos pretende estar fundamentado no princípio de que se pode ter um grau de verdade que está presente em toda e qualquer visão do mundo. Descobrir o que se tem de positivo e reconhecer essa positividade é o que a educação enquanto ferramenta favorecerá.

Nos dias atuais, a perspectiva da educação intercultural resulta no reconhecimento de valores e dos estilos de vida de todas as pessoas, desde que estes não atentem contra os direitos fundamentais delas.

Corresponde a uma educação centrada na diferença, na diversidade e nas pluralidades culturais, com um enfoque educativo global e reformador para a prática educativa, facilitando deste modo, os processos de interação e intercâmbios culturais.

No Plano Andaluz de Educação de Imigrantes afirma-se que construir a interculturalidade é preciso para que se possa aceitar-se na sua própria cultura e em sua relação com as outras culturas. E ainda que «a interculturalidade obriga a pensar nas relações culturais dentro de um projeto educativo (...) e dentro de um projeto social, que supõe fazer possível a igualdade de direitos e de oportunidades entre seres humanos que convivem em uma sociedade determinada» (p. 9) (tradução nossa).

Entre os muitos termos abordados ao longo de nossa explanação e que coincidem com os constantes no trecho do Plano de Educação que destacamos, temos como: auto aceitação, convivência e interação. Tais termos nos levam a fazer referência ao recente conceito antropológico de sobreculturalidade, que corresponde a um processo que carrega consigo outros conceitos como intraculturalidad (conhecer-se e aceitar-se), multiculturalismo (conhecer e aceitar o outro), interculturalidade (interação de culturas) e transculturalidade (resultado do processo), que visa a transformação, a partir do contato entre culturas, para fortalecer a identidade cultural. Tal conceito foi incluído a pouco mais de um ano como uma das linhas de pesquisa do programa interuniversitário MAI, o qual envolve outros importantes conceitos como intraculturalidad, multiculturalidade, interculturalidade e transculturalidade (que corresponde a etapa 4 do processo de sobreculturalidade que resulta no desenvolvimento de uma nova consciência, a transformação ocorrida) como parte de um processo e não mais abordados de forma individualizada (Valério, 2016), e que juntos são trabalhados em prol da educação intercultural com o objetivo de uma transformação mútua daqueles que interagem e realizam intercâmbios.

### 3. O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DE IBERO-AMÉRICA

Diferentemente do que ocorre no contexto espanhol, onde a Antropologia não goza de significativa presença, quando analisamos o panorama latino-americano, verificamos que a disciplina segue em franco desenvolvimento, sobretudo devido a sua diversidade étnica e cultural, que motiva a formação acadêmica e as pesquisas nos respectivos países. Neste âmbito, destacam-se o México e o Brasil como importantes centros de investigação e formação, com diversos programas de mestrado e doutorado (ESPINA BARRIO, 1998).

Na Espanha, os estudos antropológicos se consolidaram sobretudo após o franquismo, quando se teve a reabertura democrática do país (ESPINA BARRIO, 1998). No respectivo país, a formação antropológica está fundamentada, sobretudo, na pós-graduação, uma vez que são poucas as instituições que oferecem cursos de graduação. Estes, estão presentes em Licenciaturas em Antropologia Social e Cultural, que ocorrem no segundo ciclo em diversas universidades (SIMAS; BARRIO, 2011).

O programa de Pós-Graduação da Universidade de Salamanca - Máster Universitario en Antropología de Iberoamérica deriva do «Doctorado en Antropología de Iberoamérica», criado em 1997 e coordenado pelas Universidades de Salamanca, Valladolid, León e Burgos, que durante os 15 anos de funcionamento, formou mais de 135 DEA's (Diplomas de Estudios Avanzados). Destes, mais de 70 alunos obtiveram o título de Doutor, tendo a maioria obtido a nota máxima de avaliação (Cum Laude con la Mención Europea y el Premio Extraordinario de Doctorado)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver: <http://campus.usal.es/~iiacyl/MAI/antecedentes.html>

Com a implantação do Plano de Bolonha, que surge após a assinatura dos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da França, Alemanha, Itália e Inglaterra, as universidades espanholas tiveram que se adaptar ao novo modelo, alterando significativamente o funcionamento dos seus programas de pós-graduação. A «Declaração de Sorbonne» surgiu como um compromisso político alicerçado nos preceitos da EU, objetivando a harmonização do Sistema de Educação Superior Europeu. Tal documento prevê que os sistemas europeus de ensino devam ser coerentes e compatíveis entre si para fortalecer o reconhecimento de qualificações e o incremento da competitividade internacional de suas universidades (SOBRINHO, 2009).

A reforma dar-se efetivamente em 1999, a partir da assinatura da Declaração de Bolonha, que ocorre após um ano da publicação da Declaração de Sorbonne, definindo o escopo político para a educação superior europeia, bem como estabelecendo um prazo de dez anos para a formação de um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES).

Se há nove séculos atrás, Bolonha concebeu a instituição que se espalhou primeiramente pelo ocidente e depois pelo mundo todo, no apagar das luzes do século XX, Bolonha inaugura um processo que pode vir a transformar consideravelmente a universidade na Europa e, talvez, em outras partes do mundo, como América Latina (SOBRINHO, 2009: 131).

A Declaração de Bolonha delinea como objetivos principais a edificação de um Espaço Europeu de Ensino Superior que viabilize a internacionalização das universidades, facilite a mobilidade de alunos e docentes, promova maior coerência e equivalência no que se refere as estruturas dos cursos superiores, bem como o reconhecimento de estudos e títulos que facilite a empregabilidade. Trata-se de um conjunto de estratégias políticas e medidas práticas que visam consolidar o EEES no prazo estabelecido. Entretanto, tal reforma recebeu duras críticas pelo seu apelo produtivista e utilitarista, conforme salienta (NAROTZKY, 2010:254).

El proceso de Bolonia es la implantación de la hegemonía neoliberal anglosajona (modelo iniciado por Thatcher y Reagan en los ochenta) en el ámbito universitario, tradicionalmente el ámbito del saber. Busca la sumisión de la producción de conocimiento al principio de utilidad marginal que rige el modelo neoclásico de la economía capitalista: conceptos como ‘eficiencia’, ‘productividad’, ‘competitividad’, ‘gestión’, etc., se consideran ahora como los más idóneos para orientar la producción de conocimiento.

Desta forma e atendendo as novas mudanças desenhadas com a implantação do novo processo de Bolonha, o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), «[...] que perseguía la adopción en la formación de un ámbito común europeo, el programa sufrió transformaciones significativas» (SIMAS; ESPINA, 2011: 84). Assim, o Programa de Pós-graduação de Antropologia de Ibero-América da Universidade de Salamanca (Espanha) buscou adaptar-se as matrizes educativas e as demandas do novo sistema de Bolonha, conforme descreveremos a seguir.

Com a mudança, o doutorado passa a ser realizado apenas após a conclusão do mestrado, do qual o aluno precisará validar os créditos cursados. Além disso, será preciso também complementar sua formação doutoral, por meio de atividades acadêmicas que perpassam participação em eventos, seminários, grupos de pesquisa, apresentação e escrita de artigos científicos, dentre outros, além de dedicar-se a escrita da tese (AGUIAR; BARRIO, 2011).



O Real Decreto 1393/2007, de 29 de outubro, estabelece a organização e as normas do ensino oficial universitário nos âmbitos da Graduação, Mestrado e Doutorado. O texto, na íntegra, incorpora sua última alteração publicada no BOE em 03/06/2016 e as anteriores publicadas nas datas de 17/06/2015, 03/02/2015, 22/11/2014, 05/03/2014, 13/07/2013, 10/02/2011, 03/07/2010. O texto original foi publicado em 30/10/2007].

O Real Decreto anteriormente citado, busca aprofundar a concepção e expressão da autonomia universitária, na medida em que são as próprias universidades que criam e propõem, de acordo com as regras estabelecidas, o ensino e os cursos que irão administrar e expedir. Busca também flexibilizar a diversificação curricular, permitindo que as universidades aproveitem seu potencial de inovação, suas capacidades e oportunidades. Além disso, objetiva impulsionar mudanças nas metodologias docentes, que centram o objetivo no processo da aprendizagem do estudante. Estabelece ainda os créditos europeus ECTS tal como define o Real decreto 1125/2003, de 05 de setembro, como uma unidade de medida que reflete os resultados da aprendizagem estabelecidos no plano de estudos, valorando a motivação e o esforço do estudante pela aprendizagem.

O Decreto 64/2013, de 3 de outubro (BOCyL 7/10/2013), de organização dos cursos de graduação e mestrado no âmbito da Comunidad de Castilla y León e a Portaria EDU/213/2014, de 27 de março (BOCyL 04/04/2014), pela qual o Decreto 64/2013 é desenvolvido. E ainda por meio do acordo 228/2011, de 15 de dezembro, a Junta de Castilla y León autoriza a implantação do Ensino Oficial Universitário nas Universidades Públicas de Castilla y León e na Universidade Católica «Santa Teresa de Jesús» de Ávila.

A partir dessas diretrizes no ano/curso de 2011/2012 na USAL e após a sua aprovação, denominado de processo de verificação da Agencia para la Calidad del Sistema Universitario de Castilla y León, ACSUCyL, y Consejo de Universidades. O programa de pós-graduação do Máster Interuniversitario en Antropología de Iberoamérica - MAI, inicia-se sobre a coordenação das Universidades de Salamanca (entidade organizadora): Facultad de Ciencias Sociales – Instituto Universitario de Iberoamérica; Universidad de Valladolid: Facultad de Letras y Filosofía – Departamento de Prehistoria, Arqueología, Antropología Social y Ciencias y Técnicas Historiográficas e a Universidad de León: Facultad de Letras y Filosofía – Departamento de História sob a direção do professor Ángel-Baldomero Espina Barrio.

O Programa Oficial do Mestrado tem uma formação de caráter investigativa no campo das Ciências Sociais e Jurídicas e tem por objetivo principal a formação antropológica aplicada ao conhecimento das culturas ibero-americanas. Entretanto, conta também com disciplinas optativas que tratam dos aspectos sociológicos e humanísticos, sempre em relação a etnologia do campo sociocultural, bem como com as perspectivas comparativas e interculturais. Busca: a) fomentar a investigação e a formação de especialistas tanto na Espanha como em ibero-América sobre a realidade sociocultural; b) impulsionar estudos comparativos e c) fomentar a interculturalidade na comunidade ibero-americana, promovendo a integração das diversas culturas, tanto de ascendência indígena, africana, como ibérica e latina em geral.

Objetiva formar especialistas em pesquisa, tornando-os inovadores e competentes em análise antropológica e análise crítica no campo dos estudos etnológicos e etnográficos desde seus primórdios até as correntes mais contemporâneas; preparar o aluno para adquirir formação teórica e metodológica que lhe permita abordar estudos antropológicos; formar especialistas em pesquisa que possam abrir novas formas de analisar trabalhos antropológicos no contexto universal no futuro; assegurar que o aluno adquira um perfil analítico, livre e aberto para a diversidade de sistemas antropológicos de pen-

samento e tendências e treinar para um possível desenvolvimento posterior de um projeto de tese de doutorado e para a obtenção do título de doutor.

O curso tem uma duração acadêmica de um ano, com 60 créditos (ECTS), distribuídos entre duas assinaturas obrigatórias (18 ECTS), três assinaturas opcionais dentro de uma oferta de seis assinaturas (27 ECTS) somando aos (15 ECTS) do trabalho de Fim do Mestrado, perfazendo assim os 60 créditos obrigatórios para a conclusão do curso. Atualmente é composto por disciplinas como: Teoria, História e Metodologia Antropológicas; Seminário Prático de Investigação; Sociedade e Movimentos Sociais; Processos Migratórios; Relações Históricas Espanha-Ibero-América; Interculturalidade e Educação; Cultura, poder e conflito; Indigenismo e Utopia.

Entretanto, a partir da elaboração da Proposta de Alteração do título Oficial enviado a Agencia para la Calidad del Sistema Universitario de Castilla y León - ACSUCyL por meio do expediente de Nº 4139/2010 - ID TÍTULO: 4312924 – com data de: 28/06/2016 e em virtude do estabelecido no artigo 28 do Real Decreto 1993 de 29 de outubro em seu texto, no primeiro apartado «Criterio I: Descripción del Título» propõe a alteração da modalidade presencial para a semipresencial. Após a análise da proposta, a comissão avaliadora emitiu um parecer favorável. Desta forma, os cursos realizados nos anos: 2016/2017 – 2017/2018 passam a ser semipresenciais, não alterando os créditos (60 ECTS) da sua grade curricular.

Desde uma perspectiva quantitativa, observamos a interculturalidade na diversidade cultural apresentada na tabela 1 que segue abaixo, do qual demonstramos a importância do MAI no contexto internacional, transnacional e intercontinental.

Tabela 1. Total de alunos por país, curso e ano a partir do ano de 2011 ao ano de 2018.

PAIS/CURSO- AÑO	CURSO 11/12	CURSO 12/13	CURSO 13/14	CURSO 14/15	CURSO 15/16	CURSO 16/17	CURSO 17/18	Total
ESPAÑA	16	05	01	02	02	01	04	31
EUA	01	01	00	00	00	00	00	02
ITALIA	01	00	00	00	00	00	00	01
VENEZUELA	02	00	00	00	00	00	00	02
PERU	02	00	00	00	01	00	00	03
MÉXICO	02	01	00	04	02	00	01	10
CHINA	01	00	01	00	02	01	04	09
JAPÓN	01	00	00	00	00	00	00	01
BRASIL	08	08	07	14	12	10	16	75
PORTUGAL	00	01	00	00	00	00	02	03
INGLATERRA	00	01	00	00	00	00	00	01
URUGUAY	00	01	00	00	00	00	00	01
CHILE	00	00	00	00	00	01	00	01
COLOMBIA	00	02	01	00	00	00	00	03
TOTAL	34	20	10	20	19	13	27	143

Fonte: Retirada do relatório apresentado da Secretaria da Faculdade de Ciências Sociais (USAL) em 14/02/2018.

O período presencial do Mestrado de Antropologia de Iberoamérica - MAI é realizado nos meses de novembro a fevereiro, aproximadamente quatro meses de aula presencial. O referido curso ocorre nas dependências do Instituto de Ibero-América, bem como no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca. As aulas são distribuídas nas disciplinas de Interculturalidade e Educação;

Sociedade e Movimentos Sociais; Cultura, Poder e Conflito; Teoria, História e Metodologias Antropológicas e Seminário Prático de Investigação. Cada disciplina compreende 4 professores com uma experiência docente internacional e investigadora de excelência, que garante os propósitos do curso. Ainda no Seminário Prático de Investigação são realizados trabalhos de campo de base etnográfica, buscando desenvolver habilidades na pesquisa empírica.

O Programa de Pós-Graduação de Antropologia de Ibero-América realiza todos os anos o Congresso Internacional de Antropologia de Iberoamérica, hoje na sua XXIIIª edição, que há vinte dois anos vem aglutinando diversos grupos de investigadores ibero-americanos em ciências sociais e humanas ibero-americanas. O evento tem como objetivo principal o conhecimento e a difusão da cultura, sendo hoje impulsionado por antropólogos da Universidad de Salamanca e do Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, tendo como intuito abrir um espaço privilegiado de diálogo e de exposição acadêmica na sua especificidade, com um marcado carácter internacional, especialmente ibero-americanista.

Desde a sua primeira edição, em outubro de 1996 em Salamanca, o referido evento tratou de aspectos gerais da Antropologia na Península Ibérica e latino-américa, dos quais foram perfilando-se linhas de investigação etnológicas e transdisciplinares (comunicação, política, sociologia, educação, cooperação internacional, turismo, entre outros) o que iriam desenhando o futuro das sucessivas temáticas dos próximos eventos até os dias de hoje.

Os Congressos trataram das seguintes temáticas: Religiosidades populares (1997); Antropologia visual (1998); Cronistas de Índias (1999 e 2001); Fronteiras (2000) Emigração e integração cultural (2002); Família, educação y diversidade cultural (2003); Poder, política e cultura (2004); Conflito y cooperación (2005); Conhecimento local, comunicação e interculturalidade (2006); Turismo, cultura y desenvolvimento (2007); Antropologia Aplicada (Salamanca, 2008) e Inovação cultural, patrimônio e educação (Recife, 2008); Estudos socioculturais no Brasil e Espanha (2009); Culturas ibéricas y mestiçagem na América, África y Oriente (2010); Contención y derroche (2011); Estética, cultura e poder (San Luis Potosí, 2012); Representações, rituais e imaginários religiosos e profanos (Salamanca, 2012); Corpo, espaço e cultura na era das expectativas expandidas (Porto Alegre, 2013); Educação, Ecoturismo y Cultura. Desafios de um Mundo globalizado (São Jose, 2015); Religião, Tolerância e educação intercultural (Fortaleza, 2016), bem como Diálogo cultural, religiosidades populares, músicas e migrações (Chile, 2017).

Assim, tais eventos, além de intercâmbio de conhecimentos, gera a difusão do programa MAI, e consequentemente o aumento da oferta de titulados na linha de Antropologia, dos quais destacamos na tabela 2, a quantidade de doutores, doutorandos, mestres e mestrandos desde a fundação do programa no ano de 2011.

Tabela 2. Segmento acadêmico geral dos alunos Master – MAI (USAL) a partir do ano/curso 2011/2012.

DOS 134 ALUNOS MASTER	QUANTIDADE
DOCTORES	32
DOCTORANDOS	31
MESTRES	57
MESTRANDOS	23
TOTAL	143 ALUNOS

Fonte: Retirada do relatório apresentado da Secretaria da Faculdade de Ciências Sociais (USAL) em 14/02/2018.

Diante do exposto, consideramos que o Programa de Pós-Graduação de Antropologia de Ibero-América tem contribuído sobremaneira para os estudos contemporâneos e interculturais, bem como no processo de internacionalização e intercâmbio da Universidade de Salamanca, na medida em que congrega estudos, projetos, estudantes e docentes da Espanha e de países europeus, asiáticos e ibero-americanos. O mesmo está embasado em uma formação pautada na diversidade cultural, que considera novas demandas sociais, culturais, políticas e identitárias que estão em curso. Além disso, a referida Pós-Graduação tem possibilitado a construção de conhecimento baseado no reconhecimento da heterogeneidade e complexidade da realidade Ibero-Americana, por meio de produções etnográficas e estudos comparativos, que possibilitam visualizar as contradições e disjunções desta «era de confusão», conforme denominou Maybury-Lewis (2002).

Destacamos, portanto, o papel do MAI para a formação antropológica por meio de uma educação intercultural que objetiva promover em todos seus participantes, alunos, professores, colaboradores em geral uma sólida competência cultural, ou seja, dotá-los de atitudes e aptidões que os capacitem para a convivência nas sociedades interculturais em que estamos inseridos. Todos esses anos do programa foram marcados pelo cultivo de atitudes interculturais que passam pela tolerância, empatia, superação de preconceitos, além da melhora do autoconceito pessoal e cultural de todos envolvidos.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. (1998) O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CANDAU, V. M. (2008). «Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença». Revista Brasileira de Educação, v.13, n.37.

CLIFFORD, James. (2001) Dilemas de la cultura: antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna. Barcelona: GEDISA.

COPANS, Jean; TORNAY, Serge; GODELIER, Maurice; BACKÈS-CLÉMENT, Catherine. (1974) Antropologia. Ciências das Sociedades Primitivas? Lisboa: Edições 70.

DUMMONT, Louis. (2000) O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

ESPINA BARRIO, A.B. (1998). «Los postgrados de antropología en Iberoamérica». En: ESPINA BARRIO, A.B. (Ed.) Antropología en Castilla y León e Iberoamerica. Salamanca: Junta de Castilla y León, p. 31-36.

ESPINA BARRIO, A.B. (2006). Conocimiento local, comunicación e Interculturalidad. Ed. F. Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana.

GEERTZ, Clifford. (2001) Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- GODELIER, Maurice. (1993) «O ocidente, espelho partido: uma avaliação parcial da antropologia social, acompanhada de algumas perspectivas». Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 21, ano 08, p. 05-21.
- HALL, S. (2006) Da Diáspora: identidades e medições culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LEACH, E. (1985) «Natureza e Cultura». En: Enciclopédia Einaudi Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, p. 67-101.
- MAYBURY-LEWIS, David. (2002) «A antropologia numa era de confusão». Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.17, nº 50. p.15-23.
- MOORE, Henrietta T. (1996) «The changing nature of anthropological knowledge» In. MOORE, Henrietta L. (ed.) The future of anthropological knowledge, Londres, Routledge, cap. 1, pp. 1-15.
- MUÑOZ SEDANO, A. (1997). Educación intercultural. Teoría y práctica. Madrid, Escuela Española.
- NAROTZKY, Susana. (2010) «Las Antropologías Hegemónicas y las Antropologías del Sur: el caso de España» Revista Antípoda, n.11, pp. 241-258.
- PLAN ANDALUZ DE EDUCACIÓN DE INMIGRANTES (2001): En las escuelas andaluzas tenemos todos los colores. Sevilla, Junta de Andalucía.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2007) «El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular» In. Série Antropología. Vol. 410, Brasília: DAN/UnB.
- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. «Os processos da globalização» In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002). A globalização e as Ciências sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez, pp. 25-102.
- SAHLINS, Marshall. (2004) Cultura na prática. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SAHLINS, Marshall. (1997) O «pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extensão» (Parte I). Revista Mana. Rio de Janeiro, v.03, n.01, pp. 41-73.
- SIMAS DE AGUIAR, R., & ESPINA BARRIO. (2011) «La enseñanza de la Antropología en el nivel de posgrado y la formación de los antropólogos en Brasil y en España: estudio comparativo con base en las experiencias de los programas de posgrado en Antropología de la U. de Salamanca y de la U.F.G.D.» ETNICEX - Revista de Estudios Etnográficos, Nº 3, pp. 81-93.
- SOBRINHO, J. D. (2009). «O processo de Bolonha». In. PEREIRA, E. M. & ALMEIDA, M. P. Universidade Contemporânea: políticas do processo de Bolonha, Campinas: Mercado de Letras, pp. 138-156.

VALÉRIO MARTINS, D. (2016). A intraculturalidade nas comunidades indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza - Ce - Brasil: Caminho para o desenvolvimento e sobreculturalidade. Salamanca: Ediciones de Salamanca, Colección Vitor.

VALÉRIO MARTINS, R. (2017). A pedagogia de Freire e Freinet e a prática dos Direitos Humanos. Uma contribuição para as comunidades indígena e quilombola da cidade de Aquiraz-Brasil. Salamanca: Ediciones de Salamanca, Colección Vitor.